

EDITORIAL

A Revista de Direito da Faculdade de Guanambi, volume 03, número 01, tem a enorme satisfação de informar a todos os seus leitores e amigos que, desde o número anterior se encontra vinculada diretamente ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade de Guanambi - PPGD/FG, mantida a periodicidade semestral, eletrônica, e funcionamento na plataforma SEER/Open Journal Systems, criada já nos termos recomendados pela CAPES. Além disso, conforme última avaliação QUALIS da CAPES, nossa revista passou a portar o conceito C, de avaliação.

O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito - PPGD/ FG está estruturado em uma área de concentração, qual seja, Fundamentos e Efetividade do Direitos, e duas linhas de pesquisa: Ética, Autonomia e Fundamentos do Direito; e Democracia, Processo e Efetividade do Direito. A criação deste programa atrelado à Faculdade de Guanambi atende a uma prioridade conferida pela CAPES e consiste no primeiro a atender diretamente o interior nordestino, na região do semiárido, na área rural. Nasce, portanto, com grandes desafios e grandes perspectivas.

Não é por outra razão que esta reformulação da Revista, com a mencionada vinculação ao PPGD/FG, pretende ser um instrumento para propiciar um permanente ponto de contato e diálogo com a graduação e com a comunidade.

Por conta dessas importantes modificações, passamos por transformações internas, que incluem a substituição dos editores anteriores, que desempenharam um trabalho crucial para o sucesso inicial desta revista, que agora passa a contar como editores os professores Flávio Quinaud Pedron (professor permanente do PPGD/FG) e Murillo Ricart Mendes Souza Silva (mestrando do PPGD/FG). Além disso, ampliamos e remodelamos a composição do Conselho Editorial e do nosso corpo de pareceristas/avaliadores, com a inclusão de vários Professores, de variados Estados do país, e também de muitos professores estrangeiros.

Agradecemos, uma vez mais, ao público leitor, autores, avaliadores, membros do Conselho, e a todos os colaboradores pelo empenho e confiança no grande desafio que temos pela frente.

A Revista, embora jovem, já conta com trabalhos internacionais e de prestigiados autores e pesquisadores de todo o país.

Neste número temos o prazer de publicar nove artigos inéditos, com destaque para tradução autorizada pelo Prof. Mortimer Sellers, da Universidade de Baltimore, EUA, além das contribuições valiosas de: “Senso comum teórico do jurista e a arte de reduzir cabeças: em busca de um aporte metodológico para o ensino jurídico”, da Professora Ângela Araújo da Silveira Espíndola, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria, e de Bernardo Girardi Sangoi, Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria; “Ativismo judicial à brasileira: “papel criador do intérprete” x “papel criativo do intérprete” – dois casos paradigmáticos do Supremo Tribunal Federal”, do Professor Bernardo Schmidt Teixeira Penna, Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito; “O *Compliance* na administração pública e a Lei 13.303/16”, do Professor Cláudio Carneiro Bezerra Pinto Coelho, Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Guanambi; “O direito/dever de expressão/informação face ao direito à privacidade: um olhar crítico sobre a exposição do vilipêndio a cadáver”, de Raquel Magalhães Duarte, graduanda em Direito pela Faculdade Guanambi; “A reforma agrária municipal e os bloqueios do neoliberalismo regulador”, do Professor Giovani Clark, Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, do Professor Leonardo Alves Corrêa, Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, e do Professor Samuel Pontes do Nascimento, Professor da Universidade Federal do Piauí; “Uma análise da aplicação subsidiária do código de processo civil de 2015 ao processo administrativo brasileiro”, de Felipe Almeida Campos, Mestre em Direito pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura, e de Thaís Campos Maria, Mestre em Direito pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura; “O devido processo legal e o (in)devido processo penal brasileiro: entre a acusatoriedade constitucional e o inquisitorial modelo de código de processo penal”, do Professor José de Assis Santiago Neto, Doutorando em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; “Justiça restaurativa, mediação penal e sua aplicabilidade aos crimes de menor potencial ofensivo”, de Thaís Garcia de Souza, graduanda em

Direito pela Faculdade Guanambi, e do Professor Júlio Cesar Boa Sorte Leão Gama, Mestrando em Direito Público pela Faculdade Guanambi.

Boa leitura a todos!

Flávio Quinaud Pedron

Murillo Ricart Mendes Souza Silva

Editores da Revista de Direito da Faculdade de Guanambi.